Prova de 2010

QUESTÃO 1
Analise as relações Brasil-Argentina nas três últimas décadas do século XIX.
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

DANIEL FERREIRA MAGRINI (29/30)

O fim da Guerra do Paraguai marca nova fase nas relações entre Brasil e Argentina. Destruída a ameaça paraguaia à ordem bipolar na bacia do Prata, os dois países retomaram tensões e rivalidades que antecederam a Tríplice Aliança. Nesse sentido, tanto Brasil quanto Argentina buscaram a articulação com os vizinhos sul-americanos para conter o rival, o que provocou alterações em certos aspectos da política externa de ambos. Com a proclamação da República em 1889, o panorama de tensão não é profundamente alterado, apesar de algumas mudanças evidenciadas na Questão de Palmas (Misiones).

O prolongamento da permanência das tropas brasileiras no Paraguai durante o Gabinete Rio Branco (1871-1875) é sinal das transformações em direção à retomada da rivalidade. Esse último marco de intervencionismo brasileiro na região platina durante o Segundo Reinado justificou-se, no âmbito das relações internacionais, pelo receio do avanço das pretensões argentinas na região do Chaco. Assim, esse acontecimento de caráter intervencionista indica a nova postura do Brasil de retraimento vigilante na política externa, preocupada principalmente com a contenção da influência argentina. Do lado argentino, a postura brasileira é vista como direcionador de uma abordagem diferente: consolidada por Bartolomé Mitre, a Argentina não adotará posição expansionista tendo em vista a reconstrução do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, como antes, mas buscará a aproximação com os demais Estados hispânicos para conter o Brasil.

Os dois primeiros cenários desses desdobramentos foram as negociações para definição de limites e as iniciativas panamericanistas. Até então, o Império do Brasil insistira no uti possidetis e adotara postura firme de não ceder território nas negociações de limites com seus vizinhos; com o objetivo de evitar tensões que os aproximassem da Argentina unificada, o Brasil assume maior flexibilidade e diminui o ritmo, chegando até a cogitar a antes rejeitada idéia de arbitragem. Resultado disso foi a subsistência de diversas questões limítrofes até a República Velha. O Brasil também tira proveito das divergências de fronteira entre Argentina e Chile para se aproximar desse último. No âmbito panamericano, a iniciativa pende para a Argentina, que busca aliança entre os países hispanoamericanos com base na visão bolivarista. A diplomacia brasileira responde com esforços para evitar a formação de coalizão anti-brasileira. Desses dois palcos internacionais, pode-se depreender as articulações diplomáticas em torno da rivalidade das duas potências platinas.

No âmbito econômico, a modernização dos dois países no contexto periférico do capitalismo industrial do século XIX coaduna-se com a realidade do eixo geopolítico. As duas economias guardam pouca complementaridade e, se exercem o mesmo papel de fornecedoras de matérias-primas agrícolas para os mercados centrais, seus principais produtos de exportação não são concorrentes: o Brasil é exportador de café principalmente para os Estados Unidos, enquanto a Argentina exporta carne e trigo para a Europa. No entanto, observa-se, em certa medida, disputa entre os dois vizinhos pelos investimentos europeus na América do Sul, sobretudo nos setores de infraestrutura de exportação. Se essa

perspectiva indicaria o recrudescimento da rivalidade, cabe ressaltar também a demanda por empréstimos dos dois: o Brasil obteve, no final do Império, empréstimo vultoso de 20 milhões de libras esterlinas; tanto Brasil quanto Argentina saem da Guerra do Paraguai bastante endividados. No sentido contrário da relação causal das tensões Brasil-Argentina, a falta de cooperação entre os dois vizinhos afastou qualquer perspectiva de negociação conjunta no momento de crise dos dois, na década de 1890, porquanto o Brasil buscou maximizar isoladamente seus ganhos com o universalismo e a política de prestígio pautada nas viagens de D. Pedro II e a Argentina concentrou-se nos benefícios auferidos da relação íntima com o Reino Unido.

A proclamação da República no Brasil provocou certos desdobramentos diferenciados na relação bilateral e na articulação em torno do retraimento vigilante brasileiro. A Argentina é o primeiro país a reconhecer o novo regime brasileiro e as divergências em relação à forma de Governo singular do Brasil no contexto americano são desfeitas. A presença do Brasil na Conferência Panamericana de Washington sinaliza mudança na política externa brasileira: da política pragmática firme do Império, passa-se ao americanismo ideológico flexível. O novo regime, instável no plano interno, procura melhorar as relações no eixo continental no plano externo.

Se novamente a política panamericanista é indício da configuração das relações Brasil-Argentina, as negociações de limites também não deixam de adquirir novos contornos. A indefinição das fronteiras na região de Missões, a oeste do estado de Santa Catarina, é razão para as negociações do chanceler Quintino Bocaiúva com a potência vizinha, o que culmina com a assinatura do Tratado de Montevidéu. Esse acordo, entretanto, não é ratificado pelo Congresso Nacional sob recomendação do próprio Bocaiúva; com efeito, cedia metade da região em litígio à Argentina, o que não satisfazia os interesses brasileiros. A recusa do Congresso brasileiro marca não somente o fortalecimento da instância parlamentar nos negócios estrangeiros, como também fornece subsídio para afirmar-se a continuidade da rivalidade entre Brasil e Argentina.

Outros eixos sinalizam mudanças além do panamericano e fronteiriço, mas subsiste a tensão em torno do sistema bipolar platino. Durante a Revolta da Armada, o presidente Floriano Peixoto procura Buenos Aires para a aquisição de uma esquadra a fim de combater os revoltosos no Rio de Janeiro, o que é negado pela Argentina. Esse ocorrido evidencia que o grau de cooperação ensaiado após a queda da Monarquia não se traduziu em desconstrução do modelo de tensão nas relações entre Brasil e Argentina: o vizinho platino não estava disposto a ceder parcela do poderio naval em prol da estabilização da República brasileira. No eixo econômico, a simultaneidade entre o Encilhamento brasileiro e a crise da Bolsa argentina não gerou concertação entre o dois, obrigando-os à aceitação de acordos draconianos com seus credores (funding loan de Campos Sales). A falta de cooperação e seus prejuízos nas negociações com credores no final do século XIX não foi lição aprendida nas crises da dívida da década de 1980.

A estabilização do regime republicano brasileiro com Campos Sales aponta novos rumos para as relações entre Brasil e Argentina, sem romper, contudo, com o paradigma da rivalidade. A resolução da Questão de Missões (Palmas) pelo arbitramento do presidente norte-americano Glover Cleveland em favor do Brasil desponta a figura do Barão de Rio Branco na diplomacia brasileira. Sob a perspectiva argentina, a conclusão desse litígio expõe a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, que seria fortalecida por Rio Branco durante sua chancelaria e já fora prenunciada pelo Acordo Blaine-Mendonça de 1891 e pela

contratação da “esquadra de papel” por Floriano para combater a Revolta da Armada. Nesse sentido, a Questão de Palmas é prévia do recrudescimento das tensões com a Argentina nas primeiras décadas do século XX.

A partir desses argumentos, pode-se verificar a caracterização das relações entre Brasil e Argentina nas três últimas décadas do século XIX sob o eixo do retorno da rivalidade entre os dois vizinhos platinos. O fim da Guerra do Paraguai é marco da retomada das tensões no sistema bipolar do Cone Sul, em que se apresentam articulações no âmbito continental e aspectos econômicos. A proclamação da República provocou laços diretos entre os dois Estados; no entanto, a lógica regional geopolítica prevaleceu sobre obstáculos econômicos comuns e semelhanças internas. O paradigma da rivalidade é levado, após o intervalo da Tríplice Aliança, como fio condutor das relações entre os dois países até o período seguinte, no qual ganha nova dimensão.

QUESTÃO 2

A classe média urbana brasileira, cuja formação incipiente ocorreu na Primeira República, teve crescimento quantitativo na passagem do século XX para o XXI. A respeito da formação da classe média brasileira nas primeiras décadas do século XX, redija um texto dissertativo em que sejam estabelecidas as relações entre os seguintes aspectos:

- expansão da classe média, ascensão da economia cafeeira e atividades governamentais nas primeiras décadas do século XX no Brasil;
- imigração europeia e impactos no ambiente urbano das primeiras grandes urbes brasileiras, tais como São Paulo e Rio de Janeiro;
- expectativas da nova classe média do início do século XX e vida política nacional.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

LEONARDO BASTOS AZEVEDO (28/30)

A classe média urbana brasileira teve a sua conformação condicionada por dois grandes aspectos: a existência do complexo cafeeiro paulista e seus multiplicadores; a industrialização insipiente e o surgimento de atividades citadinas mais complexas, inicial e predominantemente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Destarte, vale dividir a análise desses fatores em três conjuntos relacionados: a ascensão da economia cafeeira, das elites a ela relacionadas e sua produção política; a imigração européia e seus impactos; os anseios dessas novas camadas médias urbanas no início do século XX, essencialmente relacionados aos projetos políticos de então.

O fortalecimento da economia cafeeira, na segunda metade do século XIX, trouxe à configuração socioeconômica do Brasil mudanças essenciais, que podem ser analisadas à diferença de um sistema anterior: o complexo açucareiro. A nova economia cafeeira iria muito além de uma ilha autossuficiente, segundo análise de Celso Furtado. Ao contrário de um sistema fechado, sem circulação de renda e sem a criação de demandas externas, como o era o sistema açucareiro, a nova economia do café vai absorver, gradualmente, mão de obra livre, e gerar demandas de produtos por parte dessa nova classe, bem como do próprio setor.

O controle da produção, por sua vez, encontrava-se, nesse momento, interiorizado no país, e não mais ligado à companhia das Índias Ocidentais ou a outros financistas. Do controle da produção, passar-se-ia ao estabelecimento de demandas políticas de uma classe

que não mais aceitaria a coadjuvância política: a relativa decadência do Nordeste açucareiro deixaria um vácuo de poder primeiramente ocupado pela elite cafeeira fluminense, e posteriormente pelos cafeicultores do oeste paulista. A participação na nova configuração política e a extensão da economia, incluindo-se nesse sistema o novo trabalhador livre, levariam a um processo de aceleração da dinâmica urbana. A construção de ferrovias permitiu, assim, não apenas o transporte da produção até o porto de Santos, mas o estabelecimento, pelos cafeicultores, de moradias urbanas. A esse estabelecimento seguiram-se reformas naturalmente imprescindíveis: companhias de gás; bondes; telégrafos; serviços financeiros e casas comerciais. A economia cafeeira estendeu efeitos multiplicadores que foram além da constituição de uma elite política e econômica e conformaram também uma nova classe urbana, ligada aos serviços já descritos.

Cabe, ainda, relacionar a economia cafeeira às primeiras indicações de um processo de industrialização no Brasil. A passagem da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o Oeste paulista serve de fundamento de análise para essas indicações. Como modelos macroanalíticos, que comportam exceções, pode-se caracterizar a produção cafeeira fluminense em menos avançada: baseada em terras de baixa fertilidade, que exigiram a expansão das propriedades até o limite do referido vale, essa produção era amplamente sustentada por mão de obra escrava e pelo transporte do café em mulas. O segundo modelo, implantado sobre as terras roxas, mais produtivas, conheceria mão de obra predominantemente livre e transporte ferroviário. À expansão da produção, limitada posteriormente pelas quedas do preço do café, seguir-se-ia o desvio de parte dos capitais para atividades industriais, a saber a têxtil.

Essa nova elite cafeeira, que dominaria o sistema político nacional até as três primeiras décadas do século XX, sob a política dos Estados, promoveria um movimento de atração de imigrantes para o trabalho nas lavouras. Inicialmente oprimidos pelo regime de semi-servidão do colonato, e impossibilitados, em sua maioria, de comprar as suas propriedades (a Lei de Terras, promulgada em 1850, reconhecia então que à iminente libertação dos escravos deveria seguir a imposição de limites à aquisição de lotes, de forma a manter um excedente de trabalhadores), parte desses imigrantes desenvolveriam atividades urbanas. Em São Paulo, a maioria italiana foi absorvida pela insipiente industrialização; no Rio de Janeiro, posteriormente, reproduzir-se-ia aquele modelo. A imigração japonesa constituiria cinturões de produção agrícola, que abasteciam as cidades diretamente. De uma forma ou de outra, porém, os imigrante trariam mais do que suas culturas familiares: um modelo de organização social de impacto urbano. Para outros autores, a imigração italiana traria também os primeiros ímpetos de organização operária.

Essas novas camadas médias urbanas, portanto, não se encontravam impassíveis diante das modificações por que o país passava. Mais educadas do que a grande massa camponesa, mais desvencilhadas das políticas dos grandes coronéis, e reconhecendo o projeto político de dominação oligárquico, elas estariam na base de movimentos políticos das segunda e terceira décadas do século XX. Essa nova classe: condenava o agrarismo, que sustentava as oligarquias cafeeiras, e muitas vezes defendia um projeto industrializante; condenava o alijamento político em que se encontrava, viabilizado pela política dos governadores e pelas fraudes nas eleições; sofria com as políticas econômicas de valorização do café, que desvalorizavam a moeda nacional e impediam a importação de produtos essenciais.

Com mais acesso à informação, tais camadas conseguiram reconhecer, ademais, a existência de outros setores sociais cujas demandas, se não totalmente convergentes com as suas aspirações, ao menos não divergiam no propósito de se opor às elites políticas do período. Foram eles: o movimento operário, que se organizava a partir da década de 1920; o movimento tenentista, projeto modernizador; oligarquias dissidentes, que não haviam participado da configuração política de então.

As camadas médias urbanas e esses setores conseguiriam, posteriormente, realizar parte de suas expectativas: o fim da República oligárquica e a ascensão de um Estado de compromisso que promoveria a industrialização e a modernização do país. Outrossim, mudariam, depois, as suas demandas, bem com as suas formas de participação da vida política nacional.

QUESTÃO 3

Considerando que a energia foi um dos importantes insumos que motivaram a ação internacional do Brasil em diferentes momentos do século XX, em especial na década de 70, disserte acerca das motivações da política externa no governo Geisel relacionadas ao setor energético.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

MATEUS DRUMOND CAIADO (20/20)

A política externa do "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" engendrada pelo Ministro Azeredo da Silveira foi amplamente influenciada pela Crise do Petróleo de 1973, a qual expôs o déficit e a dependência energética do Brasil. Dessa maneira, a inserção internacional do Brasil foi influenciada pela pragmática busca por reversão desse quadro, tendo sido auxiliada por concomitante esforço de política interna.

Frente ao contexto de restrição sistêmica, fruto do conflito entre árabes e israelenses que elevou o preço do petróleo, impôs-se ao Brasil a necessidade de aprofundar os laços com o Oriente Médio e a África, de maneira a garantir a sustentabilidade energética do crescimento econômico do Pais.

As relações bilaterais com o Oriente Médio encontravam-se estagnadas desde a visita de Dom Pedro II à região. Nesse sentido, o Brasil passou a apoiar o pleito dos países árabes contra o expansionismo israelense, o que possibilitou aproximação política e comercial. Exemplifica essa aproximação o voto do Brasil favorável à resolução da Assembleia Geral da ONU que considerava o sionismo como forma de racismo.

O aprofundamento das relações bilaterais com a África já havia sido percebido como estratégico pela "Diplomacia do Interesse Nacional" do governo Médici. Já na gestão Geisel busca-se aprofundar ainda mais a aproximação, tendo o Brasil condenado o apartheid, na ONU, e reconhecido, antes de todos os outros países, a independência angolana feita pelo MPLA.

Apesar da necessidade de garantir o suprimento de petróleo à economia brasileira – dependente desse insumo devido à adoção única do modelo rodoviarista – formulou-se também a necessidade de a política externa promover tanto a diversificação das fontes de energia, quanto a diversificação das parcerias comerciais, como meio de garantir recursos (advindos das exportações) para a importação do petróleo pelo Brasil.

No contexto da diversificação da matriz energética brasileira, a energia nuclear foi eleita como prioritária, tanto por prover energia ao desenvolvimento autônomo nacional, quanto pela sua sensibilidade no aspecto militar. Dessa forma, após a recusa americana de transferir tecnologia nuclear ao Brasil por meio do Acordo de 1972, o qual levou à construção de Angra I, o Brasil firma, em 1975, Acordo de Cooperação Nuclear com a RFA. Esse acordo previa transferência de tecnologia e construção de usinas nucleares no Brasil, tendo rendido a construção de Angra II.

No que tange a diversificação de parcerias comerciais, destaca-se a busca por superávits comerciais como meio de facilitar a importação de petróleo e diminuir o peso dos empréstimos para tanto. Em tal contexto, efetuou-se o reconhecimento da República Popular da China (RPC), em 1974, fruto da percepção do caráter estratégico de seu grande mercado consumidor. Ademais, intensificou-se o relacionamento comercial com os países socialistas do Leste Europeu.

Cabe ressaltar que a preponderância da temática energética na política externa do pragmatismo ecumênico e responsável apoiou-se em priorização do tema no relacionamento regional e na política interna. As negociações acerca da construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, a qual, em 1979, veio a ser compatibilizada com projetos argentinos, demonstram o peso do fator energético no relacionamento regional. O lançamento do II PND, que previa investimentos em petróleo e fontes alternativas, dentre as quais destaca-se o proálcool, demonstra a congruência entre a política externa e interna.

A crise do petróleo de 1979, impôs restrição sistêmica ao crescimento auto-sustentado brasileiro. A inserção internacional do Brasil, nesse sentido, passou a responder ao imperativo de garantir os fluxos de petróleo para o Brasil (aproximação com África e Oriente Médio) e diversificar tanto a matriz (acordo nuclear com a RFA) quanto os parceiros comerciais (aproximação com a RPC e leste europeu).

QUESTÃO 4

Discorra sobre a relação entre a inserção internacional de segurança e a política exterior do Brasil no período compreendido entre 1945 e 1990.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HENRI PFEIFFER LOPES (17/20)

A política exterior de qualquer país, conquanto almeje objetivos específicos, jamais pode se distanciar da meta fundamental de garantir a própria segurança nacional. Entre 1945 e 1990, a política exterior do Brasil esteve fortemente vinculada ao projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, mas não foi uma exceção a esse postulado do realismo político. Ao invés de conceber as metas de segurança e desenvolvimento como campos estanques, o pensamento formulado tanto por civis quanto por militares brasileiros concebia um alto grau de complementaridade entre ambos os objetivos. O pensamento brasileiro compreendia a existência de uma relação dialética entre segurança e desenvolvimento, em que uma meta não poderia se realizar sem a outra, sendo este o principal aspecto da relação entre a inserção internacional de segurança e a política exterior do Brasil.

O pensamento civil acerca dessa relação costuma ser relegado a segundo plano diante do pensamento mais estruturado dos militares, cujo foco de irradiação foi a Escola Superior de Guerra (ESG) e seu maior fruto foi a doutrina de segurança nacional. O pensamento civil, por outro lado, foi mais descentralizado, não sendo o ISEB, por exemplo, tão hegemônico entre os civis quanto a ESG entre militares. Entre os produtos do pensamento civil estão obras que criticaram o modelo econômico liberal e afirmaram que o Estado deveria atuar de forma mais destacada em prol do desenvolvimento da economia como forma de garantir a segurança nacional, tal qual propôs Helio Jaguaribe em O nacionalismo no Brasil atual. Os frutos do pensamento dos civis e dos militares, no entanto, não foram apenas desdobramentos teóricos, tendo influenciado concretamente iniciativas da política externa.

Nos anos 1950, o maior exemplo de vinculação entre inserção internacional de segurança e a política externa de ideal desenvolvimentista do Brasil foi a Operação Pan-americana. A OPA é lançada em um contexto em que o eixo da política externa ainda é bilateral-americanista. Em especial após a II Guerra, o alinhamento com os EUA foi tomado como a principal garantia de segurança do Brasil e do Hemisfério Ocidental diante do cenário internacional marcado pela emergente guerra fria, concepção consagrada, por exemplo, por ocasião da celebração do TIAR em 1947. A OPA, proposta pelo governo JK, marcou uma primeira mudança no discurso brasileiro sobre a segurança hemisférica. O governo JK buscou relacionar a segurança do continente frente à ascensão do comunismo internacional à garantia de melhores condições de vida e desenvolvimento econômico aos povos da América. De parcos resultados no curto prazo, os postulados da OPA chamaram a atenção dos EUA após a revolução cubana, influenciando o governo Kennedy a lançar a Aliança para o Progresso.

A transição do paradigma liberal-americanista para a ideia de globalismo na política externa brasileira nos anos 1960 não poderia deixar de influir sobre a concepção nacional da relação entre segurança e desenvolvimento. Nesse contexto, o peso maior nessa relação pendeu para o lado do desenvolvimento, reforçando a ideia desenvolvida pela OPA. Se desenvolvimento era a condição fundamental para que o país garantisse a sua segurança internacional e ordem doméstica, cumpria diversificar os eixos de política externa pelos quais o Brasil deveria buscar os recursos que necessitava. Passou-se a vislumbrar que uma inserção de segurança associada aos EUA limitava as possibilidades do Brasil no meio internacional e, conquanto o país permanecesse aliado à superpotência ocidental, ele deveria ser capaz de promover a inserção de segurança de forma autônoma, para o que precisaria industrializar-se e estabelecer contatos políticos e econômicos com outros parceiros.

Essas proposições consubstanciadas na política externa independente perduraram hegemônicas até 1990, mesmo diante de preferências ideológicas específicas de certos períodos do regime militar. O governo Castelo Branco, por exemplo, ainda que politicamente tenha representando um "passo fora da cadência", não pode se furtar, na área econômica ao menos, a uma diversificação de parceiros, pois havia uma tendência de universalismo inevitável. A relação entre desenvolvimento e segurança voltou a se reequilibrar no período militar, principalmente em relação à ordem interna, mas, no que se refere à política externa, a concepção dos militares foi próxima à dos civis.

A política exterior, portanto, relacionava-se à segurança nacional por meio do vínculo entre segurança e desenvolvimento, concepção compartilhada tanto por civis quanto por

militares e ajustada conforme as alterações percebidas no paradigma brasileiro de inserção internacional.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

HISTÓRIA MUNDIAL (Primeira Fase): 1 Estruturas e ideias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais ideias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As relações internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Ideias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.